



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE TERESÓPOLIS**

Foto Panorâmica da Cidade



Mulher de Pedra

# **CHAMADA PÚBLICA**

## **003/2019**

CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – JUCERJA, PARA AUXILAR OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, NA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS MÓVEIS, BENS AUTOMOTIVOS E BENS IMÓVEIS EXECUTADOS PELO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: 21/05/2019 a 20/05/2020



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
*Secretaria Municipal de Administração*  
Departamento de Suprimentos e Licitação  
[www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br)

PMT-RJ	
PROCESSO Nº 25.222/18	
RUBRICA:	FLS:

## **SEJA UM FORNECEDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS**

A *Prefeitura Municipal de Teresópolis* disponibiliza o acesso às oportunidades de fornecimento através do sítio eletrônico [www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br).

### **Oportunidades de Fornecimento:**

Procedimentos agendados, acesso aos editais e notícias do andamento dos processos.

### **Licitações ao vivo:**

Transmissão em áudio e vídeo das sessões públicas em tempo real e o arquivo com todos os procedimentos já transmitidos.

### **Seja um fornecedor:**

Conheça a relação de documentos para se obter o Certificado de Registro Cadastral e realize o seu pré-cadastro.

### **Linhas de Fornecimento:**

Tenha acesso ao Planejamento Estimativo Municipal de Compras, com a previsão de aquisições a serem realizadas no próximo período.

### **Compras Governamentais:**

Tenha acesso ao Catálogo de Itens ativos em registro de preço no município; O tratamento diferenciado e simplificado para os Pequenos Negócios; E dados sobre o Sistema de Monitoramento das Compras Governamentais com indicadores das licitações realizadas.

**Secretaria Municipal de Administração**  
**Departamento de Suprimentos e Licitações**  
Centro Administrativo Prefeito Celso Dalmaso  
Avenida Feliciano Sodré, 611 - Várzea – Teresópolis/RJ  
[licitacao@teresopolis.rj.gov.br](mailto:licitacao@teresopolis.rj.gov.br)  
(21) 2742-3885



CHECK LIST DE APOIO A HABILITAÇÃO

Apresentamos uma sugestão de Check List para as exigências desta CHAMADA PÚBLICA servindo como apoio a habilitação, devendo serem apresentados dentro do ENVELOPE DE DOCUMENTOS.

ENVELOPE DE DOCUMENTOS	DENTRO
5.1.1. - Habilitação Jurídica	
Registro ou inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) – 5.1.1.1.	
Cópia do Documento de Identificação com foto e validade – 5.1.1.2.	
Comprovante de endereço, com até 03 meses de validade – 5.1.1.3.	
5.1.2. - Regularidade Fiscal e Trabalhista	
Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal) – 5.1.2.1. a	
Estadual (ICMS, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro) – 5.1.2.1. b	
Estadual (Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro) – 5.1.2.1. c	
Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal – 5.1.2.1. d	
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – 5.1.2.1. e	
5.1.3. - Qualificação Técnica	
Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA 5.1.3.1.	
Atestado de Capacidade Técnica – 5.1.3.2.	
5.1.4. – Declarações	
Instrumento de Credenciamento - 5.1.4.1. e Anexo I	
Declaração de Pleno Atendimento - 5.1.4.2. e Anexo II	
Declaração de Infraestrutura - 5.1.4.3. e Anexo III	
Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - 5.1.4.4. e Anexo IV;	
Declaração sobre funcionário inelegível - 5.1.4.5. e Anexo V	
Declaração de parentesco, conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal - 5.1.4.6. e Anexo VI	
Declaração de não emprego de trabalho forçado ou degradante - 5.1.4.7. e Anexo VII	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

### CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, com sede na Avenida Feliciano Sodré, nº 675, Várzea, Teresópolis, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.138.369/0001-47, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público para conhecimento dos interessados através de CHAMAMENTO PÚBLICO que fará **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS, REGULARMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – JUCERJA, PARA REALIZAREM, MEDIANTE CONTRATOS ESPECÍFICOS, LEILÕES DE BENS MÓVEIS, BENS AUTOMOTIVOS E BENS IMÓVEIS EXECUTADOS PELO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ**, pelo período de 12 (doze) meses, considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Decreto Federal 21.981/32, a Lei Orgânica do Município de Teresópolis e demais normativos vigentes que exercem influência na matéria.

#### CONSIDERAÇÕES:

A realização deste CHAMAMENTO PÚBLICO tem por objetivo a formação de Cadastro de Reserva conforme elementos de avaliação dispostos neste instrumento convocatório, para eventual e futura contratação de acordo com as demandas apresentadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ.

O completo atendimento a este Chamamento Público e inclusão no Cadastro de Reserva não é garantia de contratação por parte da Prefeitura Municipal de Teresópolis, devendo ser observada a conveniência para tais contratações.

Este CHAMAMENTO PÚBLICO, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Feliciano Sodré, nº 611, 3º andar, Teresópolis, RJ e no Portal [www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br).

#### 1. OBJETO

- 1.1.O presente CHAMAMENTO PÚBLICO tem por objeto o credenciamento de LEILOEIROS OFICIAIS para a prestação de serviços de Leiloeiro Oficial destinado a realizar leilões de bens móveis, bens automotivos e bens imóveis executados pelo



Município de Teresópolis/RJ, mediante contratos específicos e de acordo com a eventual necessidade do Município, atendendo os requisitos mínimos determinados neste Edital.

- 1.2. Todos os órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ poderão fazer uso do CADASTRO DE RESERVAS, objeto resultante deste CHAMAMENTO PÚBLICO.

## **2. DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

- 2.1. Os documentos de habilitação poderão ser entregues a partir de 21/05/2019, na Secretaria Municipal de Administração, com endereço na Av. Feliciano Sodré, nº 611, Várzea, Teresópolis/RJ, para Comissão Permanente de Licitação, em dias úteis, no horário de 9h às 17h.
- 2.2. Este CHAMAMENTO PÚBLICO tem o período de vigência de 12 (doze) meses, permanecendo aberto a futuros interessados que preencherem as condições preestabelecidas neste Edital, com a publicação dos nomes dos credenciados no Diário Oficial Eletrônico do Município.
- 2.3. Todos os atos de pronunciamento público da Secretaria Municipal de Administração, inclusive quanto ao resultado deste CHAMAMENTO PÚBLICO serão realizadas através do Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Teresópolis, disponível em [www.teresopolis.rj.gov.br](http://www.teresopolis.rj.gov.br).
- 2.3.1. Verificada a aceitabilidade dos Documentos, caberá a Secretaria Municipal de Administração dar transparência ao seu parecer;
- 2.3.2. É garantido a apresentação de contrarrazões em razão de decisão da Secretaria Municipal de Administração.

## **3. DO CADASTRO DE RESERVA:**

- 3.1. O CADASTRO DE RESERVA é um processo de CREDENCIAMENTO, aberto a todos os interessados que pretendam contratar com a Administração Pública, desde que atendam os requisitos estabelecidos no Edital, bem como o façam no período de sua vigência.



**3.2.** O CADASTRO DE RESERVA será o mecanismo utilizado pelos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ.

**3.3.** A habilitação no presente CADASTRO DE RESERVAS **não pressupõe garantia de contratação.**

**3.4.** O presente CADASTRO DE RESERVA servirá para definir parâmetros para eventuais contratações de acordo com as premissas e condicionantes estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, com a ressalva de que em hipótese alguma haverá a obrigatoriedade de contratação por parte do Município junto aos HABILITADOS.

**3.5.** Observados os requisitos legais, a contratação, quando for o caso, será efetivada atendendo aos termos das Leis vigentes, visando os princípios da oportunidade, impessoalidade, isonomia e economicidade.

**3.6.** Da competência do Órgão Gerenciador do CADASTRO DE RESERVA.

**3.6.1.** É de exclusiva competência da Prefeitura Municipal de Teresópolis a prática de todos os atos de controle e administração deste CHAMAMENTO PÚBLICO, cabendo a sua representação a Secretaria Municipal de Administração, cabendo:

**3.6.1.1.** Consolidar informações relativas à estimativa individual e total contratações de todos os órgãos participantes, promovendo a instrução para a realização dos procedimentos administrativos necessários à contratação, à luz da Lei Federal nº 8.666/93;

**3.6.1.2.** Aplicar ao habilitado no CADASTRO DE RESERVA, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Credenciamento os Leiloeiros, na condição de pessoas físicas, devidamente inscritos da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos:

- a) Estar devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA e no pleno gozo de suas funções;
- b) Disponha de sítio eletrônico para inserção da relação e das fotos dos bens a serem leiloados;





- c) Disponha de recursos tecnológicos necessários para realização do leilão eletrônico, por meio de plataforma de transação, via WEB, concomitantemente ao leilão presencial.
- 4.2.** Os interessados deverão satisfazer às condições expressas no presente Edital e legislação pertinente à espécie.
- 4.3.** Fica facultado à Secretaria Municipal de Administração, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução processual.
- 4.4.** Não poderão participar os interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos, com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer Município e/ou ente da Federação, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 4.5.** Não será admitida a participação de proponentes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.
- 4.6.** Não será permitida a participação de proponentes cujos dirigentes, gerentes, sócios, componentes ou ele mesmo, que componham o seu quadro técnico sejam servidores do Município, fundações ou autarquias, ou o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.7.** Estarão impedidos de participar deste CHAMAMENTO PÚBLICO os leiloeiros oficiais que estejam:
- a) Com sua inscrição de Leiloeiro Oficial suspensa Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA;
  - b) Atue como advogado em processos judiciais relativos aos objetos de leilão.
- 4.8.** O Leiloeiro credenciado não poderá, em hipótese alguma, arrematar o bem em leilão.
- 4.9.** Não será permitida a participação em consórcio.



**4.10.** A participação neste CHAMAMENTO PÚBLICO importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

**4.11.** Será INABILITADA a proponente que não atender às exigências constantes deste CHAMAMENTO PÚBLICO.

## **5. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO:**

**5.1.** Os Leiloeiros Oficiais que desejarem participar deste CHAMAMENTO PÚBLICO, dentro do cronograma e ritos estabelecidos neste Edital, deverão entregar o ENVELOPE DE DOCUMENTOS devidamente lacrado e assinado em todos os cantos e ambos os lados, contendo na parte externa o número do Chamamento Público, nome do proponente, na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Feliciano Sodré, nº 611, 3º andar, Teresópolis, RJ, dentro do período estabelecido no item 2.1 deste Edital, contendo a documentação constante nos subitens correspondentes a este item 5.1 (Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Declarações).

**5.1.1.** Encerrado o prazo de vigência deste Chamamento não mais serão admitidos novos proponentes.

### **5.1.2. Habilitação Jurídica**

**5.1.2.1.** Registro ou inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**5.1.2.2.** Cópia do Documento de Identificação com foto e validade;

**5.1.2.3.** Comprovante de endereço, com até 03 meses de validade;

### **5.1.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**5.1.3.1.** Prova de regularidade para com as Fazendas:

a) Federal (Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntalnter/InformaNICertidao.asp?tipo=2>

b) Estadual (ICMS, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro);





<http://www4.fazenda.rj.gov.br/certidao-fiscal-web/emitirCertidao.jsf>

- c) Estadual (Dívida Ativa, conforme resolução conjunta PGE/SER Nº 033 de 24 de novembro de 2004 para o Estado do Rio de Janeiro); e  
<https://www.pge.rj.gov.br/divida-ativa/certidao-de-regularidade-fiscal>
- d) Municipal do domicílio ou sede do licitante, conforme legislação municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT  
<http://www.tst.jus.br/certidao>

**5.1.3.2.** Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;

#### **5.1.4. Qualificação Técnica:**

**5.1.4.1.** Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA no máximo 30 (trinta) dias anteriores à sua apresentação, certificando que o interessado se acha devidamente matriculado como Leiloeiro naquele órgão, comprovando sua habilitação como profissional e regularidade para o exercício da profissão, demonstrando que não há impedimentos para o exercício do mesmo;

**5.1.4.2.** Comprovação de aptidão por meio de Atestado de Capacidade Técnica, que comprove que a proponente tenha aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do CHAMAMENTO PÚBLICO, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que tenha executado de forma satisfatória leilões empresariais, judiciais e/ou extrajudiciais de bens móveis inservíveis, bens automotivos e bens imóveis. Os atestados deverão conter a identificação e assinatura do signatário, em papel timbrado ou com o carimbo do CNPJ, indicar as características, quantidades e prazos dos leilões executados pelo participante, e estar instruído com cópias dos extratos das publicações que comprovem a realização dos leilões.

#### **5.1.5. Deverão ser apresentadas as seguintes Declarações:**

- 5.1.5.1.** Instrumento de Credenciamento (Anexo I)
- 5.1.5.2.** Declaração de Pleno Atendimento (Anexo II)
- 5.1.5.3.** Declaração de Infraestrutura (Anexo III)



**5.1.5.4.** Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (Anexo IV);

**5.1.5.5.** Declaração sobre funcionário inelegível (Anexo V);

**5.1.5.6.** Declaração de parentesco, conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal (Anexo VI);

**5.1.5.7.** Declaração de não emprego de trabalho forçado ou degradante (Anexo VII)

**5.1.6.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

**5.1.7.** Serão considerados os prazos de validade expressos nos documentos.

**5.1.7.1.** Para os documentos que não apresentarem esta informação, será considerado como prazo de validade o período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de sua emissão, com exceção dos atestados de capacidade técnica que por Lei é vedada a limitação de tempo, não devendo ser superior a 30 (trinta) dias;

**5.1.8.** Os certificados/certidões deverão ter prazo de validade com vencimento até, no mínimo, a data marcada para a abertura dos envelopes.

## **6. DO JULGAMENTO:**

**6.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente, a Secretaria Municipal de Administração verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis));**

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).



- 6.1.3.** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>);
- 6.1.4.** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação.
- 6.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome do proponente, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público.
- 6.1.6.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões.
- 6.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Secretaria Municipal de Administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das proponentes.
- 6.2.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.** O proponente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 6.4.** Constatada a existência de sanção, a Secretaria Municipal de Administração reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5.** A comissão Permanente de Licitação, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do envelope de documentos de qualquer proponente, procederá ao julgamento da habilitação dos interessados.
- 6.6.** Serão credenciados os interessados que se encontrarem em situação regular, de modo que o critério de julgamento observará se os proponentes apresentaram o ENVELOPE DE DOCUMENTOS contendo todos os elementos estabelecidos neste Edital, e ainda pela verificação da admissibilidade da qualificação técnica apresentada.
- 6.7.** É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



- 6.8.** O Leiloeiro intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de descredenciamento.
- 6.9.** A cada leilão, a depender da demanda do Município, será convocado um Leiloeiro credenciado, sendo realizado sorteio dentre os credenciados, conforme item 7.
- 6.10.** Os resultados serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município.
- 6.11.** Sendo os licitantes habilitados a compor o CADASTRO DE RESERVA, estes serão considerados CREDENCIADOS e terão direito a serem detentores de DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO COMO LEILOEIRO, emitida pela Secretaria Municipal de Administração.

## **7. DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO**

- 7.1.** A definição do Leiloeiro, dentre os credenciados até a data do surgimento da demanda, dar-se-á mediante sorteio a ser realizado a cada vez que o Município necessitar realizar um leilão e, a sua atuação, após sorteado, será celebrada mediante contrato específico para cada leilão designado.
- 7.2.** Em cada sorteio participarão os credenciados, sendo o leiloeiro que tenha sido contratado para a realização do último leilão anterior ao novo procedimento.
- 7.3.** Cada vez que o Município necessitar realizar um leilão, os Leiloeiros credenciados até a data do surgimento da demanda, serão convocados para sessão com 08 (oito) dias úteis de antecedência, por meio de e-mail e telefone para realização do sorteio, sendo também registrado no Diário Oficial Eletrônico do Município.
- 7.4.** A realização do sorteio estabelecerá o Leiloeiro a ser contratado, devendo o credenciado sorteado e contratado ser excluído da próxima sessão e, assim, sucessivamente, a cada vez que o Município necessitar realizar um leilão.
- 7.5.** O Leiloeiro que rejeitar a designação, perderá a vez, situação em que será realizado novo sorteio.



7.6. Havendo descredenciamento de Leiloeiros, sua posição será ocupada por novo sorteado, em sessão a ser realizada.

## 8. DAS FUNÇÕES E OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO

8.1. As obrigações do Leiloeiro são as constantes deste Edital e seus anexos, além das previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e no Código de Processo Civil, no que for aplicável.

8.2. Todas as despesas incorridas na execução do leilão de que trata este Edital, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à Prefeitura Municipal de Teresópolis e seus órgãos, nenhuma responsabilização por tais despesas.

8.3. Cumpre aos Leiloeiros, ainda, a conferência e vistoria dos bens (estado de conservação, porte e peso aproximado), tirar fotos dos bens, cópia de documentos comprobatórios da propriedade e levantamento do ônus sobre os bens;

8.4. Emitir recibo, no ato do recebimento dos bens, atestando o estado de conservação registrado nos documentos emitidos pelo Município.

8.5. Auxiliar o oficial de justiça por ocasião da avaliação do bem quando determinado pelo juiz de ofício ou a requerimento da Secretaria Municipal de Administração.

8.6. Auxiliar o Município na composição de lotes de bens para venda, de modo a torná-los atrativos para o mercado.

8.7. Planejar todas as fases do leilão e apresentá-las ao Município para aprovação, executando-as em conformidade com o planejado e aprovado.

8.8. Apresentar previamente a minuta de cada aviso de leilão de bens do Município, de que trata o art. 38 do Decreto 21.981/32, indicando o veículo de divulgação, cabendo também à publicação em sítio eletrônico dos Editais e a divulgação por, no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização do leilão, confecção de panfletos e banners com as



informações do leilão, o qual deverá ser afixado no local com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, observando ainda, que:

- a) os avisos de leilão deverão ser elaborados em conformidade com os padrões definidos pelo Município;
- b) o Leiloeiro contratado só poderá proceder à publicação do aviso de leilão depois de o Município autorizá-lo, o que será feito à vista da aprovação da minuta;
- c) os avisos para divulgação de que trata o art. 38 do Decreto 21.981/32 deverá atender também ao disposto no art. 21 da Lei 8.666/93 (inciso III do § 2º e § 3º), não obstante o Município realize outra publicação da mesma natureza;
- d) os custos de divulgação dos avisos serão suportados pelo Leiloeiro designado para cada ato.

**8.9.** Encaminhar ao Município uma cópia de cada publicação realizada em jornal de grande circulação, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir da respectiva publicação.

**8.10.** Prever o pagamento somente a vista para todos os bens do Município que venham a ser vendidos em leilão, salvo se outra forma tenha sido prévia e legalmente autorizada pelo Município.

**8.11.** Realizar os leilões de bens móveis, bens automotivos e bens imóveis executados pelo Município com estrita observância da legislação pertinente e do planejamento elaborado pelo Leiloeiro e aprovado pelo Município;

**8.12.** Não entregar os bens negociados aos respectivos arrematantes antes de recebido integralmente o valor correspondente.

**8.13.** Prestar contas ao Município de cada leilão realizado até 05 (cinco) dias úteis após sua respectiva realização, inclusive com relatório dos bens leiloados, valores destes e os bens não leiloados.

**8.14.** Recolher através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou através de depósito em conta bancária indicada pelo Município, em até 48 (quarenta e oito) horas, o valor auferido com a venda dos bens, quando não recolhido ou depositado diretamente pelos arrematantes.





- 8.15.** Transmitir o leilão ao vivo, através do Youtube, mediante link disponibilizado pela Comissão Permanente de Licitação, contendo, na íntegra, desde a abertura do leilão, todos os lances e arremates, até o encerramento dos trabalhos, tornando o procedimento o mais transparente possível.
- 8.16.** Manter sigilo dos serviços contratados e de dados processados, inclusive a documentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

- 9.1.** Disponibilizar local adequado para realização do leilão.
- 9.2.** Relação dos bens a serem leiloados.
- 9.3.** Analisar o planejamento das fases do leilão apresentado pelo Leiloeiro e, se tiver de acordo, aprová-lo para que possa ser executado.
- 9.4.** Caso contrário, realizar os ajustes necessários e planejar as fases em conjunto com o Leiloeiro, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais.
- 9.5.** Providenciar:
- 9.5.1.** em tempo hábil as publicações legais a que se refere o art. 21 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das publicações a cargo do Leiloeiro;
  - 9.5.2.** em até 03 (três) dias úteis da apresentação de cada minuta de aviso de leilão a ser publicado pelo Leiloeiro, à análise quanto à forma e ao veículo de comunicação proposto para o aviso e pronunciamento conclusivo, autorizando ou não a divulgação proposta.
- 9.6.** Emitir, à vista das notas de arrematação do Leiloeiro contratado, os documentos fiscais e outros que a lei exigir para formalização da venda dos bens negociados em leilão público, pelo Leiloeiro contratado.
- 9.7.** Armazenar, de forma organizada e em local seguro, os bens para fins de leilão, de modo a preservar-lhes a integridade e o estado de conservação.



- 9.8.** Preservar ao Leiloeiro Oficial contratado condições para a plena execução do contrato;
- 9.9.** Assegurar ao Leiloeiro o livre acesso aos locais onde estão dispostos os bens.
- 9.10.** Fornecer ao Leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências.
- 9.11.** Não será devida qualquer comissão a cargo do Município.

## **10. DAS PENALIDADES**

- 10.1.** Nenhuma sanção será aplicada sem a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 10.2.** Pela infração às normas deste Edital poderá o faltoso sofrer as seguintes penalidades:
- I) Advertência, nos seguintes casos:
    - a) Atraso injustificado na execução dos serviços;
    - b) Execução de serviços em desacordo com o previsto no Edital;
  - II) Cancelamento do credenciamento, nos seguintes casos:
    - a) Receber 02 (duas) advertências;
    - b) Recusa injustificada em assinar o Instrumento para realização do leilão;
    - c) Omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas para obter credenciamento em face do presente Edital;
    - d) Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
    - e) Falsidade ideológica;
    - f) Omitir ou prestar informações inverídicas aos interessados sobre os bens ou as condições de venda que resultem na posterior desistência do adquirente em realizar a compra;
    - g) Deixar de devolver a comissão paga pelo arrematante, no prazo de 02 (dois) dias úteis da comunicação do fato, nos casos em que a providência for determinada;
    - h) Infração à Lei;
    - j) Demais hipóteses de impedimento previstas neste Edital, no Termo de compromisso e no Decreto nº 21.981, de 1932 e legislação posterior.

- 10.3.** O Leiloeiro será notificado tempestivamente do cancelamento do seu credenciamento.



- 10.4.** O Leiloeiro credenciado que ensejar, de forma dolosa, o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do Instrumento ou comportar-se de modo inidôneo será descredenciado, garantida prévia e ampla defesa, e ficará impedido de participar de novo credenciamento pelo prazo de até 60 (sessenta) meses da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ, sem prejuízo de eventual ação penal correspondente, na forma da lei.
- 10.5.** A critério da Secretaria Municipal de Teresópolis, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na execução do leilão for devidamente justificado pelo Leiloeiro Oficial, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência do evento.
- 10.6.** Na eventualidade dos motivos informados serem aceitos pela Secretaria Municipal de Teresópolis do contrato, esta fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.
- 10.7.** Constituem motivos de cancelamento do Instrumento, independentemente de notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal do credenciado as seguintes ocorrências:
- a) O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas neste Edital, no Termo de Compromisso de Leiloeiro e no Decreto nº 21.981, de 1932, relativamente à prestação das atividades objeto deste Edital;
  - b) O cometimento de faltas ou falhas na execução dos serviços como negligência, imprudência e imperícia na condução dos processos de leilão;
  - c) A cessão total ou parcial da prestação do serviço sem a anuência da Secretaria Municipal de Teresópolis;
  - d) A divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Teresópolis, obtidas em decorrência do credenciamento;
  - e) A constatação superveniente do descumprimento de qualquer das situações previstas neste Edital.
- 10.8.** No ato do cancelamento, o credenciado prestará contas de toda a documentação que lhe foi confiada, fazendo a entrega dos respectivos dossiês, devidamente protocolados na Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ, direcionado a Secretaria



Municipal de Administração, formalizando processo para transferência dos valores ainda pendentes de repasse decorrentes de leilões realizados.

**10.9.** A Prefeitura Municipal de Teresópolis não se responsabiliza pelo pagamento de nenhum crédito superveniente ao cancelamento do credenciamento.

**10.10.** Os créditos anteriores ao cancelamento devem ser pleiteados no Juízo responsável pelos autos onde penhorado o bem custodiado ou em hasta pública, mediante comprovação das despesas ou documentação equivalente exigida pelo Juízo.

**10.11.** Também será cancelado o credenciamento do Leiloeiro a pedido, desde que não possua atividade pendente de conclusão.

## **11. DOS PROCEDIMENTOS PARA O LEILÃO**

**11.1.** Os bens serão leiloados conforme as condições fixadas por lei.

**11.2.** Antes de cada leilão, será publicado Edital, com descrição dos bens a serem leiloados, constando ainda sua avaliação.

**11.3.** O(s) leilão (ões) será (ão) acompanhado(s) por representante da Secretaria Municipal de Administração, bem como o órgão da administração direta ou indireta da Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ que eventualmente também seja demandante.

**11.4.** Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável, especialmente as obrigações do Leiloeiro.

**11.5.** A definição do Leiloeiro, dentre os credenciados detentores de DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO COMO LEILOEIRO, dar-se-á mediante sorteio em sessão a ser realizada, diante da necessidade do Município realizar um leilão para venda de seus bens móveis, bens automotivos e imóveis, e, a sua atuação, após convocado, será celebrada mediante contrato específico, para cada leilão designado.

**11.6.** Cada credenciamento durará até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado pelo Leiloeiro contratado, mediante aprovação do Município.



**11.7.** Os eventos contratuais que recaírem em datas posteriores à extinção da vigência do contrato (prestações de contas, pagamentos, etc.) deverão ser executados em total conformidade com as condições e exigências previstas no contrato.

**11.8.** Não há data previamente definida para a realização dos leilões, ocorrendo estes apenas a partir da demanda apresentada pelo Município.

## **12. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO**

**12.1.** Os serviços deverão ser executados em local e endereço completo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ, permitindo acesso aos interessados a participarem do leilão, correndo por conta do credenciado contratado todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciário, transporte de pessoal, publicações e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto.

**12.2.** Compete ao Leiloeiro Oficial à condução pessoal do leilão, somente podendo delegar suas funções a um preposto nas hipóteses previstas no art. 11º do Decreto nº 21.981, de 19/10/32, com a estrita observância das disposições estabelecidas no Edital mediante comunicação formal e prévia anuência.

**12.3.** Mediante circunstâncias, cabe salientar que para a prestação dos referidos serviços objeto deste Termo, o Leiloeiro Oficial alocará recursos humanos de seus quadros, além de recursos físicos e tecnológicos, como o ambiente para realização do evento e equipamentos de informática para processamento dos trabalhos, sem qualquer despesa ao Município, ficando a cargo do Leiloeiro, inclusive as previstas no art. 42, §2º do Decreto nº 21.981 de 19/12/32.

**12.4.** A tempo da realização do Leilão Presencial, deverá ser realizado em site próprio para leilão, não só que possibilite a divulgação, como a realização de leilão pela internet, inclusive com lances on-line, bem como possibilite a venda direta e permita a visualização de fotos dos bens ofertados e permita lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.



### **13. PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**13.1.** A remuneração do Leiloeiro contratado para realizar leilão será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio Leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24 do mesmo Decreto.

**13.1.1.** Após o sorteio do credenciado para realização de determinado leilão, poderá, por opção deste, regular com o Município eventual desconto.

**13.2.** Em hipótese alguma o Leiloeiro poderá realizar retenção parcial ou total do valor de venda dos bens, que será repassado integralmente ao Município.

**13.3.** Não será devido ao Leiloeiro Oficial credenciado nenhum outro pagamento além da comissão referida acima.

**13.4.** As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro Oficial credenciado.

**13.5.** Não cabe a esta Municipalidade, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

**13.6.** O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** A eventual contratação não gerará ônus para a Administração, assim como este procedimento que trata-se da formação de um CADASTRO.





## 16. DOS QUESTIONAMENTOS

- 16.1.** As retificações deste CHAMAMENTO PÚBLICO, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, após o julgamento da Secretaria Municipal de Administração, deverão ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária.
- 16.2.** O Edital e seu anexos do CHAMAMENTO PÚBLICO se encontram disponível no endereço eletrônico [www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br](http://www.licitacao.teresopolis.rj.gov.br) – selecionando a opção ‘Retire aqui seu Edital’.
- 16.3.** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos e pedido de impugnação acerca do objeto deste CHAMAMENTO PÚBLICO ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à realização da sessão, por escrito, e protocolado no seguinte endereço: Avenida Feliciano Sodré, 675, 1º andar, no Município de Teresópolis, no setor de Protocolo Geral.
- 16.4.** Caberá à Secretaria Municipal de Administração, auxiliado pelo setor responsável, responder aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

## 17. DO RECURSO:

- 17.1.** Dos atos praticados pela Secretaria Municipal de Administração, decorrente do presente CHAMAMENTO PÚBLICO, cabe recurso administrativo:
- 17.1.1.** Aos Credenciados é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93;
- 17.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará na decadência do direito de recurso e manutenção do objeto do CHAMAMENTO PÚBLICO;
- 17.3.** O recurso contra decisão da Secretaria Municipal de Administração não terá efeito suspensivo;



- 17.4.** Após a realização do pronunciamento sobre o não credenciamento de proponente, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Secretaria Municipal de Administração
- 17.5.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e regras deste Edital.
- 17.6.** Os recursos interpostos, somente serão acolhidos mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, nesta Prefeitura.

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 18.1.** É facultada a Secretaria Municipal de Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase do CHAMAMENTO PÚBLICO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 18.2.** Fica assegurada a Prefeitura Municipal de Teresópolis o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.
- 18.3.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo de CHAMAMENTO PÚBLICO;
- 18.4.** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 18.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento dos itens para habilitação na data marcada, o prazo será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa da Secretaria Municipal de Administração ao contrário;



- 18.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;
- 18.7.** Normas que disciplinam este CHAMAMENTO PÚBLICO serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;
- 18.8.** Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, da proposta e de seus invólucros, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, ficando a decisão a critério da Secretaria Municipal de Administração.
- 18.9.** Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação será dirimida pela Secretaria Municipal de Administração;
- 18.10.** Aos casos omissos aplicar-se-á as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, bem como as legislações referentes a legalização de eventos, bem como a Lei Orgânica do Município de Teresópolis e ainda a legislação específica sobre Leiloeiros e o Leilão.
- 18.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão.
- 18.12.** O foro da Cidade de Teresópolis, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.
- 18.13.** Fica a cargo da proponente, em caso de inabilitação, retirar o envelope de documentos de habilitação na Secretaria Municipal de Turismo, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, após a homologação ou conclusão do processo, sendo que quando não retirado será incinerado pela Secretaria Municipal de Administração, independente de qualquer aviso ou notificação.
- 18.14.** A Secretaria Municipal de Administração poderá, dependendo do volume de documentos, e depois da análise e rubrica dos representantes dos proponentes, sobrestar



o certame pelo prazo que determinar suficiente, com a finalidade de, com a devida cautela, promover nova análise na documentação.

## 19. ANEXOS

- 19.1. Anexo I      Requerimento e Termo de Credenciamento;
- 19.2. Anexo II     Declaração de Pleno Atendimento e Compromisso.
- 19.3. Anexo III    Declaração de Infraestrutura;
- 19.4. Anexo IV    Declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 19.5. Anexo V     Declaração sobre funcionário inelegível;
- 19.6. Anexo VI    Declaração de parentesco, conforme Artigo 88 da Lei Orgânica Municipal;
- 19.7. Anexo VII   Declaração de não emprego de trabalho forçado ou degradante.

**LUCAS GUIMARÃES HOMEM**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**ANEXO I:**

**REQUERIMENTO E TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Pelo presente instrumento, ....., nacionalidade, estado civil, Leiloeiro Oficial, portador da matrícula na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA nº ....., da cédula de Identidade nº ....., expedida pela ....., inscrito no C.P.F. sob o nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., vem requerer ao Município de Teresópolis/RJ, seu credenciamento como Leiloeiro Oficial para realizar Leilões Oficiais destinados à alienação de bens móveis, automotivos e bens imóveis executados pelo Município, declarando total concordância com as condições estabelecidas no Edital de CHAMAMENTO PÚBLICO nº 003/2019 para fins de credenciamento, comprometendo-se, ainda, a cumprir todas as condições, instruções, exigências e obrigações previstas e decorrentes do referido Edital.

Declaro, sob pena da Lei, que em sendo convocado, mediante a ordem de classificação decorrente do sorteio, firmarei contrato para com o Município de Teresópolis/RJ, obedecendo às regras previstas no Edital de Chamamento Público nº 003/2019, bem como às cláusulas contratuais específicas, para bem desenvolver os atos a mim confiados.

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJA



**ANEXO II:**

**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO E COMPROMISSO**

Chamada Pública nº ...../..... Município de Teresópolis, RJ.

1. Nome do Leiloeiro: .....
2. CPF Nº: .....
3. Nº de matrícula da JUCEJA: .....
4. Endereço Completo: .....

Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado de Rio de Janeiro - JUCERJA, conforme acima qualificado, venho solicitar credenciamento para realizar os leilões que se fizerem necessários à critério da Administração Municipal para alienar, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 13.303/2016 e demais disposições aplicáveis, bens patrimoniais móveis, bens automotivos e bens imóveis de propriedade do Município de Teresópolis, ou que este possua competência, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

Para tanto, apresento todos os documentos exigidos no item 5 do edital, e suas demais especificidades.

Também apresento os seguintes meios, os quais me comprometo a mantê-los atualizados, para a que a administração municipal possa transmitir comunicações decorrentes deste processo de credenciamento, inclusive para convocação a cada sorteio que definirá qual Leiloeiro realizará cada alienação prevista e-mail: \_\_\_\_\_; Tel: \_\_\_\_\_.

Comprometo-me, caso demandado, a cumprir rigorosamente com os ditames do edital de Chamamento Público ao qual me submeti, e a atuar de acordo com todos os preceitos legais que regem meu ofício, bem como para com as demais legislações aplicáveis, a disponibilizar a vistoria pelos interessados na sua compra e realização da alienação propriamente dita, dentro dos critérios mínimos estabelecidos pela Administração Municipal quando da convocação, sem nenhum ônus para esse.

Comprometo-me quando do exercício de minhas funções, designadas mediante convocação, cumprir rigorosamente com todas as medidas anticorrupção, tendo total ciência de que, quando da execução da contratação a mim confiada, será vedado a mim, aos gestores da administração pública, e eventuais funcionários e prepostos:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente instrumento;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar a contratação; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e





suas alterações, do Decreto nº 8420/2015, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com a contratação.

Ainda Declaro, sob as penas da lei que:

a) tomei conhecimento da íntegra do Edital de Chamamento Público nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus anexos, concordo plenamente com seus termos e atendo a todas as condições e exigências nele contidas;

b) Inexistem fatos que impeçam minha habilitação e estou cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências que venham a se verificar posteriormente, caso firme contrato com o Município de Teresópolis/RJ.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(local e data)

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJA



**ANEXO III:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

Chamada Pública nº ...../..... Município de Teresópolis, RJ.

1. Nome do Leiloeiro: .....
2. CPF Nº: .....
3. Nº de matrícula da JUCEJA: .....
4. Endereço Completo: .....

Considerando a sua seleção para atuar nos leilões no município de Teresópolis, doravante designado LEILOEIRO, na forma do que preceitua o Decreto nº 21.981, de 1932, com as modificações posteriores, DECLARA para fins de participação no processo de credenciamento de Leiloeiros que tem condições de oferecer, no mínimo, a seguinte infraestrutura:

1. Sistema audiovisual e aparelhagem de som.
2. Site próprio que possibilite não só a divulgação, como a realização de leilão pela internet, inclusive com lances on-line, bem como possibilite a venda direta e permita a visualização de fotos dos bens ofertados e permita lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.
3. Mecanismo que permita a realização do leilão, com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente.
4. Projeção em tela da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.
5. Possibilidade de recebimento e a inserção na internet dos lances prévios remetidos via fax, e-mail ou entregues pessoalmente, informando o nome empresarial/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG, telefone.
6. Mecanismo que somente permita a apresentação de lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.
7. Possibilidade que a cada lance ofertado, via internet ou verbalmente, seja o participante imediatamente informado de seu recebimento segundo condições que lançou.
8. Sistema de logística para armazenamento e guarda dos produtos, a existência de área coberta para proteção dos bens para que não se depreciem com a ação nociva das intempéries atmosféricas, cujos cuidados, valorizam os bens na hora da venda em leilão.
9. Funcionários para a organização do depósito, e também no acompanhamento dos clientes em visita nos dias em que antecedem os leilões, nos casos em que estes não puderem ser disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ.

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJ



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENORES**

Chamada Pública nº ...../..... Município de Teresópolis, RJ.

1. Nome do Leiloeiro: .....
2. CPF Nº: .....
3. Nº de matrícula da JUCEJA: .....
4. Endereço Completo: .....

Declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJA



**ANEXO V:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE FUNCIONÁRIO INELEGÍVEL**

Chamada Pública nº ...../..... Município de Teresópolis, RJ.

1. Nome do Leiloeiro: .....
2. CPF Nº: .....
3. Nº de matrícula da JUCEJA: .....
4. Endereço Completo: .....

Declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no parágrafo único do Art. 2º da Emenda à Lei Orgânica Municipal de Teresópolis, os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não foram declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa nas seguintes situações:

I – representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II- condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJA



**ANEXO VI:**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONFORME ARTIGO 88 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

Chamada Pública nº ...../..... Município de Teresópolis, RJ.

1. Nome do Leiloeiro: .....
2. CPF Nº: .....
3. Nº de matrícula da JUCEJA: .....
4. Endereço Completo: .....

Declara a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto no artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, que não possui no seu quadro de funcionários: dirigentes, vereadores, ocupantes de cargos comissionados e servidores municipais, bem como pessoas ligadas a qualquer deles por patrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau ou por adoção ou que tenham sido nos últimos 180 dias anterior a data do ato convocatório.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJA



**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE**

Chamada Pública nº ...../..... Município de Teresópolis, RJ.

1. Nome do Leiloeiro: .....
2. CPF Nº: .....
3. Nº de matrícula da JUCEJA: .....
4. Endereço Completo: .....

Declaro a quem possa interessar, sob as penas da lei, que, para os fins do disposto nos inciso III e IV do art. 1º e no inciso II do art. 5º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, que não possuo em minha cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data  
Nome completo  
Registro na JUCERJA